

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



Procurador pede extinção de 140 cargos

COMISSIONADOS Representação contra o TCE-GO aponta que quadro acomoda funcionários irregulares e parentes, ao custo anual de R\$ 24 mi

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

O Ministério Público de Contas entrou com representação contra o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), solicitando o fim do Quadro Suplementar em Extinção (QSE) do órgão e a extinção de todos os comissionados integrantes. O documento foi encaminhado ao Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) pelo procurador-geral de contas interno, Fernando Carneiro.

De acordo com ele, o quadro suplementar foi criado em 2005 por meio da Lei nº 15.122 como forma de “acomodar funcionários irregulares e proteger parentes de pessoas ligadas à Corte”. Carneiro diz que instituições públicas costumam criar quadros suplementares quando possuem servidores efetivos que, em pouco tempo, devem deixar a carreira. “Mas no caso do comissionado, é só mandar embora. Já questionamos isto no passado, mas temos problemas com acesso à informação no

TCE. Com o tempo, garimpando, reunimos mais documentos para fazer a solicitação”.

Na representação, o procurador afirma que o TCE tem despesa mensal de R\$ 1,9 milhão para a manutenção destes comissionados. Por ano, o custo é de mais de R\$ 24 milhões. Segundo o procurador, existem entre 130 e 140 servidores nesta situação. Quando algum dos servidores deixa o trabalho na Corte, o cargo é extinto.

Entre os postos de trabalho que estes comissionados ocupam estão funções classificadas oficialmente como mecanógrafo, digitador e datilógrafo. Mas, segundo ele, existem situações em que o cargo oficial não corresponde à função desempenhada. Um dos casos citados na representação é de uma notícia no site do TCE-GO sobre três pessoas identificadas como psicólogas integrantes do serviço de bem-estar da Corte. Porém, elas fazem parte do QSE e, oficialmente, têm outras funções.

Carneiro destaca que os servidores do quadro suplementar ocupantes dos cargos de inspetor supervisor da despesa pública tiveram aumento de 127,51% na comparação do salário que recebiam em fevereiro de 2017 e agosto de 2018. Em números absolutos, o valor foi de R\$ 10.716,30 para R\$ 24.380,85. “Esta situação atinge o próprio trabalho na Corte. Prejudica a fiscalização. Um exemplo é a situação das contas do Estado. E o tribunal parece viver muito bem com isso. A saída é o Ministério Público formar uma força tarefa e procurar o que está errado ou os conselheiros terem o mínimo de consciência”, afirma o procurador.



Esta situação atinge o próprio trabalho na Corte. Prejudica a fiscalização. Um exemplo é a situação das contas do Estado”

Fernando Carneiro,
procurador-geral interno do
Ministério Público de Contas



TCE diz que novo presidente se compromete a sanar irregularidades

Com a divulgação dos detalhes da representação contra o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), a Corte informou, por nota, que o presidente, conselheiro Celmar Rech, "considera nefasta a prática do nepotismo na administração pública" e comprometeu-se a adotar medidas cabíveis para sanar irregularidades, caso elas forem confirmadas. Em relação às funções de mecanógrafo e digitador, por exemplo, o tribunal informou que a denominação inadequada se deve aos cargos serem antigos. O TCE-GO ainda diz que o novo

presidente quer garantir transparência durante sua gestão, inclusive em relação a dados pessoais, como de servidores ativos, inativos, pensionistas e comissionados. "A administração já trabalha para disponibilizar dados requeridos tais como quantidade, nome, lotação de servidores, que estarão disponíveis a toda a sociedade de forma didática no site do Tribunal o quanto antes", diz. De acordo com o TCE-GO, hoje existem 129 comissionados no QSE e a despesa é de R\$ 1,7 milhão por mês.

Estado não se enquadra, diz STN

RECUPERAÇÃO FISCAL Relatório divulgado ontem por secretaria do Ministério da Economia aponta que Goiás não atende aos critérios para adesão ao regime e que nota C ainda está mantida

Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Economia, divulgou ontem relatório que aponta Goiás como um dos Estados que não atendem aos critérios para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e que tem nota C na avaliação de capacidade de pagamento (Capag). A publicação do documento, que é um "Guia para o Governador", destinado a todos os Estados, coincide com a presença de comissão do Ministério em Goiás que veio analisar as contas e dar um parecer sobre as chances de ingresso no regime.

A secretária estadual da Fazenda, Cristiane Schmidt, havia afirmado que, com base nos dados de 2017, a STN não permitiria a adesão ao RRF, mas que a missão viria se inteirar das contas de 2018, quando, na visão da Sefaz, há um quadro financeiro mais grave. No entanto, o relatório divulgado ontem pelo Tesouro informa que há dados atualizados já este ano.

O governador Ronaldo Caiado (DEM) também vinha repetindo que os técnicos do governo federal anteciparam que Goiás havia caído para nota D no rating, mas o documento da STN reafirma a nota C do Estado, com a situação levantada em 09/01/2019.

Nos bastidores, técnicos da Sefaz têm afirmado que as sinalizações da missão oficial do Tesouro Nacional são de que Goiás não se encaixa nos três pré-



Ronaldo Caiado também, na Sefaz, em reunião com a missão do Ministério da Economia aposta no RRF

requisitos para adesão ao RRF. De acordo com a lei, a receita corrente líquida anual deve ser menor do que a dívida consolidada ao final do último exercício; o somatório das despesas com pessoal, juros e amortizações tem de ser igual ou maior que 70% da RCL; e o valor total de obrigações superior às disponibilidades de caixa.

O Estado não alcançaria o primeiro critério. O esforço do governo de Goiás é para tentar flexibilizar as regras, permitindo

que dívidas que não são contabilizadas como "consolidadas" - aquelas com vencimento de mais de 12 meses - sejam incluídas no balanço. A intenção é considerar os R\$ 3,4 bilhões que o novo governo recebe de dívidas como parte do cálculo.

MEDIDAS

O RRF é a grande aposta do governo Caiado para buscar um fôlego nas contas. O programa suspende o pagamento de

parcelas de juros e amortização da dívida, que somariam cerca de R\$ 2 bilhões por ano; permite a contratação de empréstimos; e impõe uma série de medidas de limitação de gastos.

O "Guia para o Governador" objetiva, segundo a STN, apresentar um retrato da situação atual de cada Estado e ajudar no planejamento e gestão dos novos governos. O documento inclui informações básicas sobre a dívida, as metas anuais a

“
E sou muito realista: não vou programar plano algum enquanto eu não tiver o resultado da área técnica”

Ronaldo Caiado, governador de Goiás, ao avaliar, dia atrás, alternativa ao RRF

serem perseguidas, as operações de crédito e a nota da Capag. Ao fim, o relatório aponta avanços que devem ser perseguidos pelos novos gestores em seus Estados.

O relatório sobre Goiás recomenda que o Estado melhore seus indicadores para subir no rating e ter capacidade de contratar operações de crédito com garantia da União. O Tesouro também recomenda a padronização na contabilidade, com adesão à metodologia federal. Caiado afirmou aos técnicos que vieram do Ministério que pretende mudar a legislação para "por fim à maquiagem" dos dados.

O POPULAR tentou contato ontem por três vezes com a secretária Cristiane Schmidt, mas ela afirmou que estava em reunião com a comissão federal e não poderia falar. Os técnicos do ministério não deram entrevista e só devem se manifestar ao final dos trabalhos.



1º repasse

A Secretaria de Saúde fez ontem o primeiro repasse às OSs que administram 19 unidades de saúde no Estado. Os repasses, que totalizaram R\$ 37,5 milhões, foram proporcionais aos contratos. A segunda parcela está prevista para o dia 30. Até o final da semana, segundo a pasta, outros R\$ 12,5 milhões serão pagos a fornecedores de medicamentos.



DA REDAÇÃO

Ao contrário dos discursos exaltados dos menos esclarecidos, os Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado de Goiás, ativos, inativos e pensionistas contribuem para o fundo previdenciário dos Servidores Públicos Cíveis e Militares do Estado de Goiás, gerido pelo GOAISPREV em alíquota superior ao previsto para a reforma da previdência em tramitação no Congresso Nacional.

Pós graduado em Regime Próprio de Previdência Social pela Faculdade Damásio, o especialista Luis Cláudio Coelho de Jesus, Subtenente da PMGO e atual presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos-ASSEGO afirma que “dentre todos os Estados da Federação, Goiás figura em primeiro lugar com a maior alíquota previdenciária descontada dos subsídios dos Policiais Militares, Bombeiros Militares, ativos, inativos e pensionistas, correspondendo a 14,25% (quatorze vírgula vinte e cinco por cento) que foi estabelecido pela Lei Complementar nº 137, aprovada no apagar das luzes em 29 de dezembro de 2017”.

A natureza jurídica constitucional dos Militares Estaduais estatuidas no art. 42 da Carta Magna desde a Emenda Constitucional nº 18/98, o diferencia dos servidores públicos cíveis, pois atuam em defesa da ordem, do estado democrático do

Militares em Goiás contribuem com a maior alíquota previdenciária do Brasil – 14,25%



DIVULGAÇÃO

Luis Cláudio Coelho de Jesus, presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos

direito e da manutenção da paz social, ser Militar Estadual significa o divisor de águas entre o caos e a ordem estadual. Aliado à sua característica especial, o Policial Militar e o Bombeiro Militar não se aposenta, podendo ser convocado para ativa a qualquer momento, sendo a única categoria de agentes públicos que ao ingressar na carreira jura solenemente empenhar sua própria vida na defesa da sociedade e do Estado, e em sendo uma atividade pro-

fissional com alto grau de letalidade em defesa da sociedade, deixando precocemente órfãos e viúvas, além das enfermidades e o exercício da atividade insalubre, diferentemente dos direitos sociais concedidos à maioria da população, lhe é vedado sindicalizar e participar de greve, o militar não possui FGTS, auxílio moradia, vale alimentação, vale transporte, seguro desemprego, seguro de vida ou adicional noturno. Acrescido a todas as

características peculiares, o policial militar e o bombeiro militar cientificamente tem expectativa de vida menor que o cidadão civil em aproximadamente 15 (quinze) anos.

Acrescenta ainda Luis Cláudio que: “por estarem umbilicalmente unidos com os Militares da União por força do §6º do art. 144 da Constituição Federal, os Militares Estaduais prefacialmente também não deveriam estarem inseridos no regime previdenciário social por ser carreira eminentemente de Estado e simplesmente seguem a inatividade remunerada”.

Ressaltou por fim o Subtenente Cláudio que “pela característica de regime de repartição simples com caráter contributivo, apesar do número de inativos na PMGO ter crescido 53% em 07 anos por ausência de concursos públicos, se o art. 46 da Lei Complementar nº 66/2009, fosse devidamente cumprido com a Instituição do Regime Próprio de Previdência dos Militares-RPPM, com o plano de custeio próprio, depósitos regulares da contribuição patronal de 28,5% e do segurado de 14,25% em fundo exclusivo, haveria ainda assim um equilíbrio financeiro e atuarial, pois é fato que se paga 74 milhões com a folha dos inativos e pensionistas, mas se arrecada mais de 75 milhões com as contribuições previdenciárias, conforme se verifica no portal da transparência mês de dezembro”.



GESTÃO

Caiado evita, de imediato, privatização da Saneago

DIVULGAÇÃO



Alessandro Melo: recuperação das finanças da prefeitura

DA REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado (DEM) descartou, de imediato, a privatização da Saneago, em entrevista coletiva à imprensa, na última segunda-feira. O governador destacou o histórico turvo da empresa. "É uma empresa que sofreu duas operações da Polícia Federal. Os diretores saíram de lá presos," lembrou fazendo menção a Operação Decantação que cul-

minou na prisão de diretores da estatal em 2016. "É uma empresa que não tem nem contrato com as prefeituras", destacou.

Caiado ressaltou que a empresa está em estado caótico e que não tem como antecipar nada. "Precisamos ser realistas e primeiramente arrumar a casa. Não tem como antecipar nada", sugerindo que neste primeiro momento a estatal não será privatizada.



Dez órgãos do governo de Goiás aguardam nomeação de Caiado

A maioria dos cargos se refere a agências, autarquias e empresas pública

HELTON LENINE

Após 15 dias do governo de Ronaldo Caiado, pelo menos dez órgãos aguardam nomeação dos integrantes dos segundo e terceiro escalões (presidentes, superintendentes e gerentes). Entre eles, estão órgãos ligados diretamente à arrecadação, fiscalização, ao registro de novas empresas e fomento à economia.

É o caso da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa), Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização (AGR), Procon Goiás, Junta Comercial do Estado de Goiás (Juceg), Banco do Povo, Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Co-



dego), Goiás Parcerias, GoiásFomento, GoiásPrev, entre outros.

O governo, por meio da assessoria de imprensa, informou que ainda não há previsão de nomeação dos novos auxiliares. A demora pode ocasionar prejuízo para o funcionamento da máquina administrativa, agravada pelo fato de que o decreto publicado no Diário Oficial do Esta-

do no dia 2 de janeiro de 2019 exonerou todos os comissionados da estrutura básica do governo, excetuando os servidores do Vapt Vupt.

Ainda não se sabe se todos esses órgãos serão mantidos na nova estrutura de governo, já que o governador Ronaldo Caiado prometeu uma reforma administrativa na gestão, prevista para fevereiro.

PROCON GOIÁS

O secretário de Segurança Pública, Rodney Miranda, afirmou, em entrevista ao Portal A Redação, ter entregue uma lista de nomes para o governador Ronaldo Caiado definir a pessoa que responderá pelo Procon Goiás. Ainda segundo o secretário, a escolha deve ser feita no início da próxima semana, baseada em um perfil técnico.